

Considerando proposta apresentada pelo Diretor de Polícia do Interior, aprovada pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015 que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016 que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando o déficit nos quadros de Delegado de Polícia e da necessidade de otimização dos serviços prestados pela Polícia Civil nas unidades policiais e Centrais de Atendimento, resolve,

DESIGNAR, por necessidade do serviço, a Delegada de Polícia Civil de Classe Especial, ZILVANE MESSIAS DE OLIVEIRA ARAUJO, matrícula 755932-1, lotada na Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente e, cumulando as responsabilidades administrativas da Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher, ambas sediadas em Gurupi, para, sem prejuízo de suas atribuições, também cumular as responsabilidades administrativas da Segunda Delegacia de Polícia Civil em Gurupi e Delegacia de Polícia Civil em Dueré, no período de 22/12/2016 à 20/01/2017, referente às férias regulamentares da titular Eliane Machado Pereira dos Santos.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 2016/3100/00015
 Contrato nº: 052/2016
 Contratante: Secretaria da Segurança Pública
 Contratada: ALL Norte Materiais de Construção Eireli -ME
 CNPJ: 20.905.298/0001-96
 Objeto: Aquisição de material permanente (cavalete para automóveis), para atender as necessidades desta Pasta.
 Valor: R\$ 2.202,84 (dois mil duzentos e dois reais e oitenta e quatro centavos)
 Natureza da Despesa: 44.90.52
 Fonte de Recurso: 0104201611
 Data da Assinatura: 14/10/2016
 Vigência: 14/10/2016 até 31/12/2016
 Signatários: Cesar Roberto Simoní de Freitas - Secretário
 Cristiane Rodrigues - Representante/Contratada

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 2016/3100/00015
 Contrato nº: 051/2016
 Contratante: Secretaria da Segurança Pública
 Contratada: Domínio Comercio de Equipamentos Eireli - EPP
 CNPJ: 18.527.195/0001-98
 Objeto: Aquisição de material permanente (Elevador automotivo), para atender as necessidades desta Pasta.
 Valor: R\$ 29.599,98 (vinte e nove mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)
 Natureza da Despesa: 44.90.52
 Fonte de Recurso: 0104201611
 Data da Assinatura: 29/09/2016
 Vigência: 29/09/2016 até 31/12/2016
 Signatários: Cesar Roberto Simoní de Freitas - Secretário
 Leandro de Souza Bessani - Representante/Contratada

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 2016/3100/00015
 Contrato nº: 053/2016
 Contratante: Secretaria da Segurança Pública
 Contratada: LDC Bortolozzi Comercial -ME
 CNPJ : 22.302.667/0001-81
 Objeto: Aquisição de material permanente para atender as necessidades desta Pasta.
 Valor: R\$ 642,00 (seiscentos e quarenta e dois reais)
 Natureza da Despesa: 44.90.52
 Fonte de Recurso: 0104201611
 Data da Assinatura: 22/08/2016
 Vigência: 22/08/2016 até 31/12/2016
 Signatários: Cesar Roberto Simoní de Freitas - Secretário
 Diego Rodrigues Garcia - Representante/Contratada

EXTRATO DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº: 00960/2016.
 PROCESSO Nº: 2015/3100/0759.
 MODALIDADE: Pregão Eletrônico Comprasnet nº 148/2016.
 CONTRATANTE: Secretaria da Segurança Pública.
 CONTRATADA: ALL NORTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME.
 OBJETO: Aquisição de material de consumo destinado a atender as necessidades da Secretaria da Segurança Pública.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31010.06.181.1160.2105 - 33.90.30 - 0223002033
 VALOR: R\$ 7.558,13 (sete mil quinhentos e cinquenta e oito reais e treze centavos).
 DATA DA EMISSÃO: 24 de outubro de 2016.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, PAPILOSCOPISTA E AGENTE DE NECROTOMIA

EDITAL 002/35-2014

CONVOCAÇÃO PARA EXAME LABORATORIAL TOXICOLÓGICO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado e o Ato Governamental nº 16 NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.288, de 02 de janeiro de 2015, TORNA PÚBLICO, o presente Edital de convocação para exame laboratorial toxicológico, referente ao concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Papioscopista e Agente de Necrotomia, conforme segue.

DO EXAME TOXICOLÓGICO

São convocados, para realização de exame laboratorial toxicológico, conforme disposto no subitem 18.1.7, do Edital 002/01-2014 c/c o subitem 4.1.18 dos Editais 002/31-2014, 002/32-2014 e 002/33-2014, os seguintes candidatos indicados pela Diretoria da Academia da Polícia Civil:

1.1.1 - AGENTE DE POLÍCIA

Nome do(a) Candidato(a)	Inscrição
ELIELTON ARAUJO TAVARES	1402006908
HEVANDRO LEÃO NERES	1402016206
TONNY PAULO FREITAS DA SILVA	1402010321
VICTOR COHEN MOTA NEMER	1402011271

1.1.2 - ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Nome do(a) Candidato(a)	Inscrição
ALEXANDRE DIAS CARNEIRO	1402020967
ARLAN DE OLIVEIRA ATAIDE	1402007055
DAYAN JERFF MARTINS VIANA	1402035211
DIOGO GUSMÃO NASCIMENTO	1402024269
EDMUNDO BASTOS BONFIM	1402035127
FERNANDO GOMES PINTO	1402001131
GABRIELLE LUCIANO DE ARAGÃO GEISS	1402015596
JORGE EDUARDO PAIVA SOARES	1402002440
JULIANO SILVA DE FIGUEIREDO	1402012413
LÍLIAN BOTELHO AZEVEDO BANDEIRA	1402027530
LÍVIA GONZAGA LOUÇA	1402001237
LUCIANA ALVARES DE ALMEIDA	1402001060
NAIRA MARTINS TAVARES	1402015217
NINIVI MARIA GONTIJO DE SIQUEIRA PEREIRA	1402020194
PATRICIA ALVES XAVIER ROCHA	1402012666
PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA CAMPANELLA	1402011012
SARA PINTO MONTEIRO	1402035126
THAIS PEREIRA MENESES FONTOURA	1402015678
THULYO CÉSAR SEVERINO BARROS	1402000956
WEBERTON LUCIO TERCI	1402032953

1.1.3 - PAPILOSCOPISTA

Nome do(a) Candidato(a)	Inscrição
JADS SILVA MENDONÇA	1402012224
RENNEDY DA MOTA MACEDO	1402000258

1.1.4 - AGENTE DE NECROTOMIA

Nome do(a) Candidato(a)	Inscrição
ALLAYNNE MOURÃO DA SILVA CARNEIRO	1402013889
HERISSON ALVES NUNES	1402019777
LAIENA SÁVIA SANTOS DE MOURA	10033848

1.2 Os candidatos ora convocados devem comparecer na sede da Academia da Polícia Civil, situada na Quadra 804 Sul, Alameda 07, Lote 01, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, no dia 23 de novembro de 2016, às 17 horas (horário de Palmas - TO) para coleta de material.

Palmas - TO, 16 de novembro de 2016.

CÉSAR ROBERTO SIMONÍ DE FREITAS
Secretário de Estado da Segurança Pública

DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA DGPC Nº 434, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 261/2016-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

I - REMOVER, retroativo a 14/11/2016, por necessidade do serviço, ALUIZIO ROBERT GALVÃO FARIA Agente de Polícia Civil, matrícula nº 908608-1, da Segunda Delegacia de Polícia Civil para a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP, ambas sediadas em Palmas/TO.

Palmas/TO, 21 de novembro de 2016.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA
Delegado-Geral da Polícia Civil

PORTARIA DGPC Nº 435, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 258/2016-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

I - SUSPENDER, retroativo a 15/11/2016, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor, ISAIAS SARAIVA BORGES Agente de Polícia Civil, matrícula nº 368353-3, no período compreendido entre os dias 15/11/2016 a 14/12/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 21 de novembro de 2016.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA
Delegado-Geral da Polícia Civil

PORTARIA DGPC Nº 436, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 256/2016-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

I - SUSPENDER, retroativo a 01/11/2016, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor, EDUARDO HENRIQUE DO NASCIMENTO CONFESSOR Escrivão de Polícia Civil, matrícula nº 1067737-1 no período compreendido entre os dias 01/11/2016 a 30/11/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 21 de novembro de 2016.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA
Delegado-Geral da Polícia Civil

AGETO

Presidente: SÉRGIO LEÃO (Respondendo)

PORTARIA AGETO Nº 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS - AGETO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins c/c com a Lei nº 2.986, de 13 de Julho de 2015, e ainda a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Item 4 do Anexo Único da Resolução 357, de 02 de agosto de 2010 do CONTRAN; e consoante ao Ato 67 - DSG, de 15 de janeiro de 2015 e a MP nº 43, de 01 de novembro de 2016,;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os membros titulares e respectivos suplentes para comporem a Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI/AGETO, com mandato de 02 (dois) anos, conforme segue:

I - Atendendo o disposto no Item 4.1.a do Anexo Único da Resolução 357/2010, os integrantes com conhecimento na área de trânsito, representando o Município de Palmas-TO, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transportes - SEISTT, os senhores Odécio Silva Costa, matrícula funcional 158641, graduado em Direito, e o senhor Emanuel Costa e Silva Filho, matrícula funcional 15947, na condição de Membro Titular e Suplente, respectivamente.

II - Atendendo o disposto no Item 4.1.a.2 do Anexo Único da Resolução 357/2010, os representantes servidores do órgão que impôs a penalidade, representando a AGETO, os servidores Alcyr Gean Guedes Vaz, assistente administrativo, graduado em Direito, matrícula funcional nº 811194 e Cláudio Gomes Dias, assistente administrativo, graduado em Direito, matrícula funcional nº 647138, na condição de Presidente e Suplente, respectivamente;

III - atendendo o disposto no Item 4.1.b do Anexo Único da Resolução 357/2010, os representantes de entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito, representando o CFC - Supervia e CFC Habilitar, com sede em Palmas-TO, os senhores Helder Messias de Moraes Silva, CPF 016.822.311-27, graduado em Direito e Arildo Andrade de Oliveira, CPF 392.142.572-72, graduado em Ciências Contábeis e Direito, na condição de Membro Titular e Suplente, respectivamente;

Parágrafo Único. Fica a servidora da AGETO, Sônia Elias Batista, matrícula funcional nº 460385 no cargo de Secretária Administrativa da JARI/AGETO.

Art. 2º Fica revogada a Portaria AGETO Nº 350, de 16 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.686, de 17 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.